

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.899, DE 2008

Altera a redação do § 2º do art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo da pena devida pela não-concessão das férias no prazo legal.

Autor: Deputado ARNALDO JARDIM

Relator: Deputado BENJAMIN MARANHÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.899, de 2008, visa a modificar o § 2º do art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para determinar que o *salário-básico* em vez do *salário-mínimo* será utilizado como base de cálculo da pena diária estabelecida em sentença que determinar a concessão de férias em atraso.

O autor justifica a proposta pelo fato de que a vinculação da multa ao salário-mínimo é vedada pelo art. 7º, inciso IV, parte final, da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal – STF, confirmando a vedação constitucional, aprovou, em 30 de abril de 2008, a Súmula Vinculante nº 4, que assim dispõe: *Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.*”

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Concordamos inteiramente com o autor em propor a alteração do referido dispositivo consolidado o qual vai de encontro à disposição constitucional que proíbe qualquer vinculação ao salário-mínimo, corroborada pela Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, que veda o salário mínimo como indexador de remuneração.

No entanto, apesar de concordamos com o mérito da proposta, entendemos que o valor relativo a esta pena e às demais cominações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT deve ser alterado em uma mesma ocasião, quando, esperamos, seja adotado um sistema único de valores para tal.

O art. 137 da CLT estabelece que, sempre que as férias forem concedidas fora do prazo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração. Todavia, se vencido o mencionado prazo sem que o empregador tenha concedido as férias, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas. Nesse caso, a sentença cominará pena diária de 5% do salário mínimo da região, devida ao empregado até que seja cumprida (§ 2º do art. 137).

Tal pena, obrigando o empregador a conceder férias, é de remota aplicação na Justiça do Trabalho, na medida em que, dificilmente o empregado, vencido o prazo para a concessão das férias, ainda durante a constância do contrato do trabalho (sob pena de perda do emprego), ajuíza reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas.

Em hipótese como essa, o empregado somente apresenta reclamação trabalhista quando não recebe a verba devida na rescisão do contrato de trabalho, pedindo uma indenização pela não concessão das férias, com o pagamento em dobro, caso em que não cabe a pena do § 2º do art. 137.

Porém, em reclamações residuais sobre o assunto, os juízes do trabalho têm aplicado as determinações da lei processual civil na fixação desta pena.

Nesse sentido, não vemos razão para alterar, isoladamente, nesse projeto, apenas o indexador do valor da pena prevista no § 2º do art. 137 da CLT, a qual é ainda de remota aplicação nas reclamações trabalhistas.

Nesses termos, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.899, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Relator